









## Relato de experiência

# Experiência do município de São Paulo na implantação de Serviços de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos, Assexuais e Pessoas com Vivência de Variabilidade de Gênero – LGBTIA+

Experience of the Municipality of Sao Paulo in the Implementation of Comprehensive Health Services for Lesbians, Gays, Bisexuals, Travestis, Transsexuals, Intersex, Asexuals and People with Experience of Gender Variability - LGBTIA

Tânia Regina Corrêa de Souza<sup>[1]</sup>, Flavia Helena Ciccone<sup>[2]</sup>, Julia de Moura Godoy<sup>[3]</sup>, Márcia Valéria Pereira<sup>[4]</sup>, Emanuel Aparecido Januário<sup>[5]</sup>, Juliane Guingo<sup>[6]</sup>, Marina Pereira dos Santos Stagni<sup>[7]</sup>, Marcela Eugenia Ordonez Maciel<sup>[8]</sup>

<sup>[1]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>[2]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Coordenadoria Regional de Saúde Norte, São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>[3]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>[4]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Coordenadoria Regional de Saúde Centro, São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>[5]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Coordenadoria Regional de Saúde Leste, São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>[6]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Coordenadoria Regional de Saúde Sul, São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>[7]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>[8]</sup>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, São Paulo, São Paulo, Brasil

## Autor para correspondência

Autor para correspondência

Tânia Regina Corrêa de Souza

E-mail: trcsouza@prefeitura.sp.gov.br

Instituição: Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS)

Endereço: Rua General Jardim, 36, 2º andar, CEP: 01223-906. São Paulo, São Paulo, Brasil

## Como citar

Souza TRC, Ciccone FH, Godoy JM, Pereira MV, Januário EA, Guingo J, Stagni MPS, Maciel MEO. Experiência do município de São Paulo na implantação de Serviços de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos, Assexuais e Pessoas com Vivência de Variabilidade de Gênero – LGBTIA+. BEPA, Bol. epidemiol. paul. 2023; 20: e38884. doi: <https://doi.org/10.57148/bepa.2023.v.20.38884>

Primeira submissão: 24/11/2022 • Aceito para publicação: 10/04/2023 • Publicação: 28/06/2023

Editora-chefe: Regiane Cardoso de Paula

## Resumo

Historicamente a população LGBTIA+ sempre foi excluída nos serviços de saúde. As dificuldades de acesso são legítimas e decorrentes do estigma e discriminação. Era necessário fortalecer o acesso e a qualidade do atendimento em saúde. As pessoas LGBTIA+ precisavam ser melhor acolhidas, ter garantido atendimento integral e ter seus direitos básicos respeitados. Era necessário ampliar a rede de serviços de hormonização, rever sistemas de informação (nome social/gênero/orientação sexual) e investir na capacitação dos profissionais de saúde. Para resolver esses problemas, foi desenhado pela Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+ da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo um plano de ações e estratégias de cuidado em conjunto com as seis interlocutoras regionais LGBTIA+. O principal resultado foi a implementação de unidades na Rede SAMPA Trans, de 28 unidades para 45 em 2022, com 3.346 pessoas trans em acompanhamento. Isso permitiu dar maior visibilidade a essa população, aprimorar o acolhimento, ofertar acompanhamento de qualidade desde a utilização de hormônios, até as cirurgias de transformação corporal. A SMS conta hoje com um modelo de rede de atenção à saúde integral da população LGBTIA+ inédito no estado de São Paulo e no Brasil.

**Palavras-chave:** população LGBTIA+, hormonização, acesso e acolhimento.

O Sistema Único de Saúde (SUS), através da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, instituiu a Política Nacional de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), considerada um marco histórico para o reconhecimento das demandas dessa população em condição de vulnerabilidade.<sup>1</sup>

Após a publicação dessa portaria, várias foram as iniciativas para a maior visibilidade das necessidades dessa população. Em 2013, o Ministério da Saúde instituiu a Portaria nº 2.803, que redefiniu e ampliou o processo transexualizador no SUS, aumentando a integralidade do cuidado desde a atenção básica até os serviços terciários responsáveis pelas intervenções hormonais e cirúrgicas; assegurou a possibilidade de hormonização a partir dos 18 anos e a realização de cirurgias a partir dos 21 anos;<sup>2</sup> o Decreto Municipal nº 58.228, de 2018, dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;<sup>3</sup> o Conselho Federal de Medicina (CFM), em 2019, publicou a Resolução nº 2.265, que trata do cuidado específico em relação à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero, a hormonioterapia e o cuidado cirúrgico a partir dos 16 anos e o cirúrgico dos 18 anos em diante.<sup>4</sup>

Com essas ações voltadas à população LGBTIA+, os estados e municípios brasileiros começaram a ser pressionados para a implementação de políticas públicas que garantissem os direitos e o cuidado à saúde dessa população.

No município de São Paulo, a história não foi diferente. Em 2015, foi inaugurado o primeiro serviço de hormonização para pessoas trans na UBS Humberto Pascale, conhecida como UBS Santa Cecília.<sup>5</sup> Em 2017, foi instituído o Comitê Técnico de Saúde Integral à População LGBTI na Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo com o objetivo de promover políticas públicas e estabelecer cuidados em saúde à população LGBTI, sendo oficializado em 2019 com a publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.<sup>6</sup> Em 2020, foi elaborado o Protocolo para o Atendimento de Pessoas Transexuais e Travestis no Município de São Paulo com o objetivo de apoiar a Atenção Básica no acolhimento e no cuidado específico para essas populações.

Em 2021, na SMS, a pasta da Área Técnica da Saúde da Mulher respondia pela população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Pessoas Não Binárias, Intersexo, Assexuais e outras Pessoas com variabilidade de gênero e orientação sexual (LGBTIA+). Cada Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), seis no município, contava com uma interlocutora responsável pelas demandas dessa população, mas essa parceria precisava ser fortalecida. Em março de 2021, foi criada a Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+ (AT LGBTIA+), vinculada à Secretaria Executiva da Atenção Básica, Especialidades e

Vigilância em Saúde (SEABEVS), com o objetivo de fortalecer e promover políticas públicas de saúde específicas para essa população, prezando pela universalidade do acesso e equidade da oferta de ações e serviços de saúde nos campos da atenção à saúde integral, de promoção e vigilância em saúde, da educação permanente e educação popular, da informação e da pesquisa, no âmbito do SUS. Atualmente, encontra-se em construção a Política Municipal de Saúde Integral da População LGBTIA+.

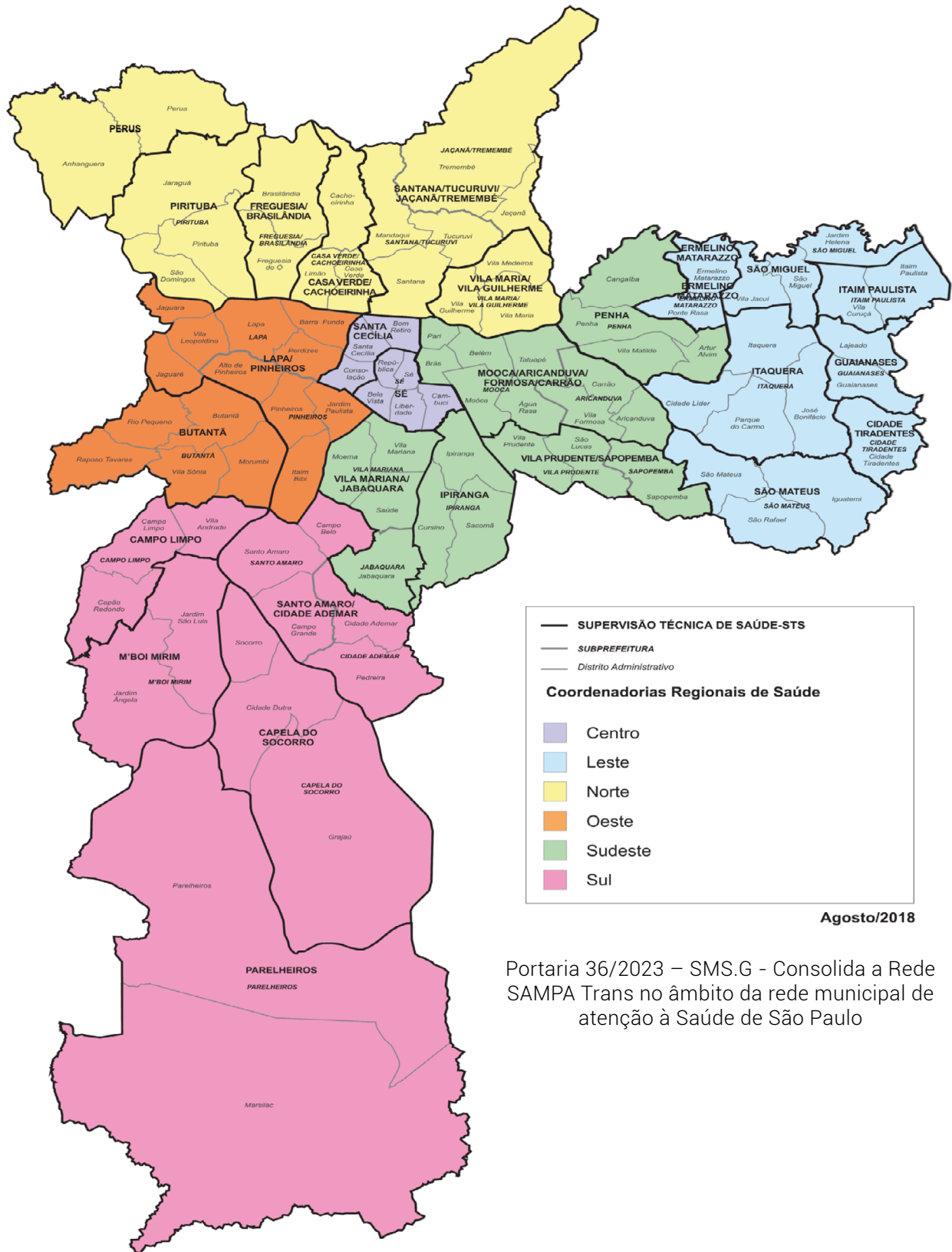
Historicamente, a população LGBTIA+ sente-se excluída nos serviços de saúde. As dificuldades de acesso são legítimas e decorrentes do estigma e da discriminação. Para tanto, era necessário fortalecer o acesso e a qualidade do atendimento em saúde. As pessoas LGBTIA+ precisavam ser mais bem acolhidas, ter garantido atendimento integral e ter seus direitos básicos respeitados.

Era necessário ampliar a rede de serviços de hormonização, rever sistemas de informação (nome social/gênero/orientação sexual) e investir na capacitação dos profissionais de saúde. Além dessas questões com a população LGBTIA+ maior de 18 anos, crianças e adolescentes com variabilidade de gênero e seus familiares não tinham referências na SMS para orientação e encaminhamento.

Para resolver essas questões, a Área Técnica da SMS, em conjunto com as seis interlocutoras regionais LGBTIA+ das CRS, elaborou um plano de ações e estratégias do cuidado.

A linha de cuidado foi desenhada para que toda a população LGBTIA+ fosse acolhida, orientada e assistida nas UBS, inclusive crianças e adolescentes com variabilidade de gênero e seus familiares. Foi estabelecido o papel das UBS: acolher sem discriminação e preconceito; respeitar o nome social; avaliar as queixas relacionadas ou não às questões de gênero e ofertar todas as opções de cuidado da unidade de saúde; promover atenção integral e longitudinal; conhecer a Rede de Atenção à Saúde Integral de Pessoas Travestis, Transexuais e com Vivência de Variabilidade de gênero – Rede SAMPA Trans e seu papel na linha de cuidado, que foi implementada para dar respostas mais eficazes às demandas da população transexual. Hoje, o município de São Paulo conta com 45 unidades da Rede SAMPA Trans ([Figura 1](#)), com 3.346 pessoas trans em acompanhamento ([Tabela 1](#)).

Figura 1. Mapa com as Unidades da Rede SAMPA Trans, São Paulo/SP.



Portaria 36/2023 – SMS.G - Consolida a Rede SAMPA Trans no âmbito da rede municipal de atenção à Saúde de São Paulo

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde (SMS/SP), Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), supervisão técnica de saúde e subprefeitura município de São Paulo, abril de 2023.

## Coordenadoria regional de saúde, supervisão técnica de saúde e subprefeitura município de São Paulo

### CRS CENTRO

1– UBS Dr. Humberto Pascale Santa Cecília. 2– CS Escola Barra Funda. 3– UBS República. 4– CR POP TT

### CRS LESTE

1– AMA/UBS Jardim Santo André. 2– Casa Ser – Cidade Tiradentes. 3– AMA/UBS Humberto Cerruti.  
4– UBS VI Jacuí

### CRS NORTE

1– Amb. Espec. Freguesia do Ó. 2– Rede Hora Certa Brasilândia. 3– AMAE Perus.  
4– Rede Hora Certa Vila Guilherme. 5– AMAE Pq Peruche. 6– Ambulatório Pirituba.  
7– UBS Wamberto Dias Costa. 8– UBS Nova Esperança. 9– UBS Elisa Maria

### CRS OESTE

1– UBS Jardim São Jorge. 2– CS Escola Butantã. 3– UBS Jardim D’Abril. 4– UBS Jardim Boa Vista.  
5– UBS Paulo VI. 6– UBS São Remo. 7– UBS Real Parque. 8– UBS Jardim Colombo. 9– UBS Vila Dalva.  
10– UBS Butantã. 11– UBS Vila Sônia. 12– UBS José Magaldi. 13– AMA/UBS V Nova Jaguaré.  
14– UBS Jd Jaqueline. 15– UBS Caxingui. 16– UBS VI Ipojuca. 17– UBS VI Jaguara

### CRS SUDESTE

1– HD Flávio Giannotti. 2– UBS Belenzinho. 3– UBS Iaçape – Jd Planalto.  
4– UBS Jd Eucaliptos – Hélio Moreira Salles. 5– UBS VI Esperança. 6– UBS VI Sta Catarina.  
7– UBS Milton Santos

### CRS SUL

1– Amb. Espec. Alto da Boa Vista. 2– Rede Hora Certa Campo Limpo - AMA Pirajussara.  
3– Rede Hora Certa M Boi Mirim. 4– HD Capela do Socorro

**Tabela 1.** Número de Pessoas Transexuais acompanhadas na Rede SAMPA Trans, segundo a Coordenadoria Regional de Saúde, Município de São Paulo, janeiro a julho, 2022.

Coordenadoria Regional de Saúde – CRS/nº de unidades	Pessoas trans femininas em acompanhamento	Pessoas trans femininas em uso de hormônios	Pessoas trans masculinas em acompanhamento	Pessoas trans masculinas em uso de hormônios	Total de pessoas em acompanhamento	Total de pessoas em uso de hormônios
Centro/03	1.025	649	1.067	681	2.092	1.330
Leste/07	213	151	199	153	412	304
Sul/04	120	102	99	89	219	191
Oeste/17	120	86	129	90	249	176
Norte/09	99	88	108	89	207	177
Sudeste/07	93	84	74	67	167	151
<b>Total</b>	<b>1.670</b>	<b>1.160</b>	<b>1.676</b>	<b>1.169</b>	<b>3.346</b>	<b>2.329</b>

Fonte: dados repassados pelas unidades da Rede SAMPA Trans.

Essa rede deve ofertar o cuidado centrado na pessoa; dar orientações focadas no processo de transformação corporal (escuta de desejos e angústias, estratégias sociais, modificações corporais com uso ou não de hormônios e cirurgias, saúde sexual e reprodutiva); dar seguimento de acordo com o Protocolo vigente no município de São Paulo; elaborar relatórios; encaminhar para cirurgia de transformação corporal e realizar cuidados pré-cirúrgicos e pós-cirúrgicos.<sup>7</sup>

Com a inserção dessa temática na Atenção Básica e a expansão da Rede SAMPA Trans, ampliamos o acesso e o direito à saúde integral dessa população.

### Além disso, investimos na formação dos trabalhadores de saúde com encontros técnicos mensais, capacitações on-line e em EAD e reuniões técnico-administrativas:

- Oito capacitações em "Atendimento em Saúde para pessoas Trans", *on-line*, duração de 6 horas, com 991 profissionais capacitados;
- Supervisão mensal pelo Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do HCFM/USP (AMTIGOS) para as equipes de seis unidades, uma em cada CRS, que estão implantando atendimento para crianças e adolescentes com variabilidade de gênero;
- Primeira turma de EAD "Atualização sobre Atendimento a Pessoas Transexuais, Travestis e com Variabilidade de Gênero", com 20 videoaulas, totalizando 408 profissionais capacitados. A segunda turma encontra-se em andamento;

- Realização do seminário "Nuances em Ginecologia e Saúde Reprodutiva para pessoas LGBTIA+", em setembro de 2022, de forma presencial, com 5 horas de duração e a participação de 430 profissionais de saúde;
- Duas capacitações em "Prevenção Combinada", de forma *on-line*, com 3 horas de duração, com a participação de 97 profissionais de saúde da Rede SAMPA Trans.

Para organizar fluxos, dados de produtividade e garantir direitos dessa população, foram necessárias articulações e discussões com setores responsáveis pela regulação, cadastro de usuárias(os), produtividade e faturamento da SMS.

### Os principais resultados da implementação dessas ações foram:

- Número de profissionais capacitados: considerando todas as ofertas, totalizamos 1.926 profissionais de saúde capacitados em diversos temas relacionados à saúde da população LGBTIA+.
- Número de novas unidades implantadas na Rede SAMPA Trans: em 2021 foram 13 novas unidades e em 2022 foram duas, totalizando atualmente 45 Unidades, distribuídas nas seis CRS do município de São Paulo ([Figura 1](#)).
- Um Centro de Referência de Saúde Integral para a População de Travestis e Transexuais Janaína Lima (CR POP TT), localizado na CRS Centro.

### São diversos os avanços advindos da implementação dessas ações e a proposta é que a cada dia elas se tornem mais relevantes e mais inclusivas:

- A SMS conta hoje com um modelo de rede de atenção à saúde integral da população LGBTIA+ inédito no estado de São Paulo e no Brasil.
- Profissionais capacitados e mais seguros no acolhimento e acompanhamento da população LGBTIA+.
- Equipe da Coordenadoria de Atenção Básica/SMS sensibilizada, incluindo o tema nas respectivas áreas e usando linguagem mais inclusiva (pessoas com útero, pessoas com mama, pessoas com próstata, aleitamento humano, entre outras).
- Maior visibilidade da população LGBTIA+ no município.
- Aprimoramento do acolhimento nas unidades de saúde.



- Diminuição das queixas de falta de respeito ao nome social ou gênero no acolhimento nas UBS.
- Fortalecimento da equipe de interlocutores LGBTIA+ nas CRS.
- Fortalecimento das relações com parceiros como Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (ASITT) e Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (AMTIGOS).

Hoje, toda essa rede já é vista como uma Política de Saúde Municipal e os gestores reconhecem a importância das ações desenvolvidas. Além disso, no Plano Municipal de Saúde (PMS), temos diretrizes e metas descritas até 2025, com ações previstas para cada ano, nas Programações Anuais de Saúde (PAS). Todas as áreas da Coordenadoria de Atenção Básica (Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde do Idoso, Saúde Mental e outras) incluem, em suas estratégias, ações relativas à população LGBTIA+. Cada vez mais a rede está sendo fortalecida e os profissionais de saúde sensibilizados com relação às especificidades de saúde dessa população. Outro ponto muito importante a considerar é a participação ativa da sociedade civil, por meio dos defensores dos direitos dessa população, que exerce papel fundamental para garantir liberdade e vida digna aos cidadãos, além de lutar contra as desigualdades sociais.

Concluindo, nesses anos de implantação das diversas ações direcionadas para a população LGBTIA+, a Secretaria Municipal de Saúde tem conseguido avançar no acesso dessa população às Unidades de Saúde, em especial às Unidades Básicas de Saúde, com a oferta do cuidado de saúde integral, como acolhimento, vacinação, grupos educativos, rastreamentos, oferta de testagens para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) de acordo com a vulnerabilidade identificada, baseada em avaliação de risco, entre outros.

Ainda há muitos desafios a serem enfrentados que exigirão esforços de toda a rede de serviços da SMS para dar continuidade à política LGBTIA+ de forma a ampliá-la e fortalecê-la como uma política pública mais inclusiva.

## Agradecimento

Agradecemos a todos profissionais da Rede Municipal de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde de São Paulo pelo trabalho desenvolvido, dedicação e respeito as pessoas LGBTIA+.

## Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836 - Política de atenção integral à população LGBT. Brasília; 1º dez. 2011.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013.
3. São Paulo (Prefeitura). Decreto no 58.228, de 16 de maio de 2018. Uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans em todos os órgãos da Administração Pública Municipal. São Paulo: Casa Civil, 2018.
4. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero. Brasília: Diário Oficial da União, 2020 janeiro (9): 1(6).
5. Calazans G, Amador S, Beretta G, Figueira Junior N, Cavalcanti AL. A experiência de implantação da Política de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no município de São Paulo. BIS, v.19, nº 2:105-15: São Paulo, 2018.
6. Secretaria Municipal da Saúde (São Paulo). Composição do Comitê LGBTI da Secretaria Municipal de Saúde. Diário Oficial da Cidade de São Paulo; 2019 junho (27); 64(119): 28.
7. Prefeitura.sp.gov [internet]. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde. Atenção Básica: Saúde Integral da População LGBTIA+. [acesso em 21 nov. 2022]. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao\\_basica/index.php?p=291627](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/index.php?p=291627)

## Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram na elaboração do texto em todas as fases.

## Aprovação dos autores

Os autores participaram efetivamente do trabalho, aprovam a versão final do manuscrito para publicação e assumem total responsabilidade por todos os seus aspectos, garantindo que as informações sejam precisas e confiáveis.

## Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesse de natureza política, comercial e financeira no manuscrito.

## Financiamento

Os autores declaram que não houve fontes de financiam